

Em que, afinal, consiste esta divergência?

EMPRESÁRIOS E GOVERNO ESTÃO A PONTO DE ENGALFINHAR-SE POR DIFERENÇAS DE OPINIÃO E NÃO DE OBJETIVOS

MARCO ANTONIO ROCHA

O que é que o presidente FHC quer para o Brasil? Podemos ler em seu discurso para 300 empresários no lançamento do Conselho Empresarial Brasil 500 Anos: "Eu sei, e todos sabem, que os juros são altos, os encargos elevados, o sistema tributário perverso e a infra-estrutura inadequada." E ainda acrescentou que, se dependesse dele, os juros seriam de 1% (imagino que ao mês, o que daria 12% ao ano, não compostos, como está na Constituição).

E o que querem os empresários?

Juros mais baixos, menos encargos, sistema tributário mais simples, infra-estrutura eficiente.

Portanto, onde está a divergência? Não há divergência insuperável. Acredito que uma pesquisa com o povo aprovaria os mesmos desideratos.

Não há também divergência essencial entre a "nobreza", o "clero" moderno que é o empresariado, e o Terceiro Estado.

Deduz-se que não há necessidade de nenhuma revolução francesa e ninguém precisará ir para a guilhotina.

No entanto, a Agência Reuters, no seu *Business Briefing*, dirigido a assinantes especiais, considera que existe uma conspiração em marcha, cujos "mais aguerridos participantes são lideranças empresariais paulistas", que desejam pelo menos a cabeça de Gustavo Franco (no sentido figurado, evidentemente) e, mais, têm um projeto protecionista em mente.

Na verdade, o que existe é uma diferença de opiniões sobre como alcançar aqueles obje-

tivos e em que prazo. Os empresários certamente gostariam de uma queda substancial e rápida nas taxas de juros, bem como um reajuste igualmente rápido e significativo no câmbio. A equipe econômica e alguns membros do governo, mesmo concordando com os objetivos, prefere o famoso tratamento gradualista, pois o cenário internacional ainda recomenda muita prudência.

Nesse meio tempo, muita gente pode ir à falência, por não aguentar o nível dos juros nem a competição externa, a famosa globalização. E quem tem medo da globalização? Muita gente no meio empresarial, é claro.

O problema dos juros e dos encargos é de fato obra do governo, em particular do atual governo, principalmente causado pela leniência de quatro anos em face do crescente déficit do setor público e da sua irmã gêmea, a dívida interna.

Já a ameaça ou suposta ameaça da globalização e da competição externa, nem tanto. Vamos lembrar às lideranças empresariais - Horácio Piva, da Fiesp, Fernando Bezerra, da CNI, passando por Antônio Ermírio de Moraes, Eugênio Staub e outros, que exercem lideranças por virtudes próprias - que a economia brasileira permaneceu durante décadas como virtual refém do empresariado nacional. E isso em termos de protecionismo tarifário, créditos favorecidos, impostos e encargos não recolhidos, incentivos fiscais, concorrências públicas com cartas marcadas, etc. Caso não tenha aproveitado a maré de vacas gordas para consolidar-se em-

presarialmente, incluindo a globalização numa época em que nem os tigres asiáticos existiam, o problema não é do governo, é de incompetência e comodismo.

A questão atual é que a cornucópia se esgotou e uma das causas de seu esgotamento foi pleiteada, exigida e até defendida pelo próprio empresariado: o fim da inflação. Isso mudou o Brasil num período em que o mundo também mudava. Quem não previu as consequências corretamente e não se preparou para elas..., paciência, como diria meu avô.

O presidente do Conselho Empresarial, Félix de Bulhões, mais moderado ao que parece, considera que não cabe ficar à espera apenas da ação do governo, mas que deseja "se espera decisões rápidas para garantir desenvolvimento sustentado". Já Horácio Piva, mais inflamado, parte para a estratégia da pressão e exorta lideranças sindicais a participar de uma manifestação pública de protesto contra a política econômica. Poderia perfeitamente convidar o economista Paul Krugman para porta-bandeira ou mestre-sala do desfile da próxima semana, uma vez que este vem recomendando a queda imediata dos juros, o controle temporário da saída de capitais e até mesmo certo protecionismo comercial para que países como o Brasil saiam do sufoco inesperado, mas não imprevisível em que se encontram.

FHC está ciente das dificuldades empresariais: "É verdade - diz ele no discurso - que na transição para uma economia mais competitiva alguns produtores ficaram desamparados". Bem, "alguns" é um esclarecimento eufemístico quase tão grave quanto a desastrada generalização de "vagabundos" para os aposentados. E is-

so mostra que o presidente está precisando pesar e medir melhor cada uma das suas palavras nos discursos públicos.

De qualquer forma, se o governo comunicasse melhor as causas de suas limitações, o público e o empresariado saberiam que a questão dos juros, que já era difícil de administrar quando o governo dispunha de total autonomia, agora está vinculada ao acordo com o FMI, conforme explicou muito bem o colega Celso Pinto, na sua coluna do Folhão. É certo que as taxas de juros são escorchantes no momento e não pode haver vida empresarial sustentável com esse nível de juros por muito tempo. Mas uma decisão unilateral e autônoma nesse terreno significaria romper o acordo, com as consequências que ningum, no governo ou fora dele, tem condições de prever.

Ou seja, as pressões coordenadas por Piva, as admoestações de outros empresários, o trabalho de persuasão interna de membros do próprio governo, os conselhos de políticos amigos, nada disso muda os termos do acordo nem livra o governo, ou o Brasil, deste grilhão em que caímos, esperemos que por período tolerável. O Ministério do Desenvolvimento (ou da Produção), que o presidente insiste em criar, pode ser, na melhor das hipóteses, uma saudável interface entre governo e empresariado no médio prazo, ou, na pior, outra máquina burocrática, benfazeja para os amigos da corte e discriminatória para os adversários ou para quem não tenha acesso aos "caiais competentes". Mas, não resolve, no curto prazo, nenhuma das dificuldades aqui mencionadas.

Decisão unilateral na questão dos juros significa rompimento com o FMI